

Evento	Reunião do Comitê Regional do PJe
Data	28/2/2024
Horário	17h
Local	Telepresencial pelo Google Meet
Presentes	Luciane Storer, Desembargadora Coordenadora; Wilton Borba Canicoba, Desembargador; Fábio Bueno Aguiar, Desembargador; Levi Rosa Tomé, Juiz Auxiliar da Presidência; Camila Ceroni Scarabelli, Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí Alessandra Rangel Paravidino Andrey, Procuradora Regional do Trabalho Paulo Eduardo de Almeida, Secretário-Geral Judiciário; Maurício Rodrigues de Moraes, representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações; Edson Lacir Donadon, Secretário Judiciário; Eydie Cristina de Souza, Oficial de Justiça do Fórum Trabalhista de Jundiaí; Brenda Silva Loureiro de Oliveira, Calculista da Vara do Trabalho de Itararé; Adilson Sergio Bertoldo Junior - Corregedoria; Carlos Eduardo Buzan Larica, representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.
Ausências justificadas	Flávio Landi, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa; Carlos Eduardo Oliveira Dias, Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional; Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações; Vladimir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional; Luciana Camilo de Figueiredo, Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Araraquara; Glauco Felizardo, Secretário- Geral da Comissão Especial de Relacionamento da OAB ESTADUAL/SP com o TRT15;
Pauta / Assuntos	- PROAD 2063/2024 - Descadastramento de autos digitais junto ao PJe; - PROAD 23947/2023 - Requerimento da AASP pleiteando a reavaliação da possibilidade de unificar o procedimento de envio de notificações judiciais com Aviso de Recebimento e implementar sistemática de consulta no próprio site deste Tribunal pelo número do processo; - Outros assuntos

A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer, Coordenadora do Comitê Regional do PJe, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

1) PROAD 2063/2024 - Descadastramento de autos digitais junto ao PJe:

Conforme esclareceu o Secretário Judiciário Edson Lacir Donadon, foi solicitada informação à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acerca dos usuários descadastrados, mas ainda não se obteve resposta. A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer, então, sugeriu que a informação fosse incluída junto ao Sistema PROAD, para que a Corregedoria Regional entrasse em contato com o Fórum de Piracicaba para a coleta de mais informações. A integrante do colegiado Brenda Silva Loureiro de Oliveira relatou ter observado em sua Vara de Trabalho (Itararé) processo sem advogado cadastrado. A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer pediu para que essa informação também fosse incluída junto ao PROAD. A Excelentíssima Desembargadora Andrea Guelfi Cunha compartilhou os processos apontados pela OAB: 0010994-23.2022.5.15.0051, 0010116-11.2016.5.15.0051, 0011043-64.2022.5.15.0051, 0010408-34.2021.5.15.0012 e 0010827-40.2021.5.15.0051 (inseridos junto ao processo PJeCor nº 805).

2) PROAD 23947/2023 - Requerimento da AASP pleiteando a reavaliação da possibilidade de unificar o procedimento de envio de notificações judiciais com Aviso de Recebimento e implementar sistemática de consulta no próprio site deste Tribunal pelo número do processo:

A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer informou que entrou em contato com o Núcleo de Apoio ao PJe e que há dificuldade em se fazer tal implantação.

O Excelentíssimo Magistrado Levi Rosa Tomé e o Servidor Maurício Rodrigues de Moraes informaram a barreira de comunicação com os Correios e que aguardam informações acerca do sistema e-Carta, que o primeiro contato teve um caráter mais informal. A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer solicitou que o servidor Maurício Rodrigues de Moraes incluía as informações referentes ao e-Carta junto ao processo PROAD nº 23947/2023. Sugeriu, ainda, requerer encaminhamento de ofício aos Correios para esclarecimento sobre o convênio/contrato e eventuais alterações.

3) Outras:

A Excelentíssima Magistrada Camila Ceroni Scarabelli cientificou o colegiado que o painel do PJe não apresenta mais inconsistência.

A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer discorreu acerca de manifestação da Corregedoria Regional (PROAD nº 19970/2019) a respeito da implementação da nova versão do Programa Eletrônico (versão 2.10). O Servidor Maurício Rodrigues Moraes disse que o Tribunal Regional da 1ª Região está apresentando problemas de performance, e que estão aguardando a sua melhoria/correção para que nosso Regional faça a implantação.

A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer, após, trouxe assunto apresentado na sessão do Órgão Especial sobre a suspensão de prazos para a magistratura quando há a indisponibilidade do sistema do PJe. O Servidor Edson Donadon explicou que não há como inserir tal informação, apenas feriados, e que talvez fosse necessário abrir um pedido de melhoria. O Excelentíssimo Magistrado Levi Rosa Tomé acrescentou a informação que o magistrado que se sentir prejudicado pode entrar em contato com a Corregedoria para a desconsideração de tais dias. O Servidor Adilson Sergio Bertoldo Junior disse que o assunto está sendo tratado na Corregedoria sobre a expedição de certidão de indisponibilidade. O Desembargador Wilton Borba Canicoba salientou que o assunto já foi conversado na última reunião do Órgão Especial e que ficou encaminhado

que o tema seria direcionado à Corregedoria. A Corregedora Regional, Desembargadora Rita Penkal, inclusive, externou que alguns casos específicos já foram levados em conta. A Desembargadora Luciane Storer ressaltou que o prejuízo está na extração de dados, que aparece como prazo vencido, prejudicando inclusive processos de promoção. Aprovaram por enviar pedido de melhoria. Após, deliberou-se no sentido de que o servidor Maurício Rodrigues Morais verificaria informações acerca de demanda contida no processo PJeCor nº 770, salientando a existência de outros casos similares.

Por fim, a Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer indagou a respeito de protocolo sobre procedimento quanto à criação de novos órgãos. Ressaltou a necessidade de ser aprovado procedimento para criação de novos órgãos no sistema do PJe, a exemplo do que ocorreu com a criação das Secretarias Conjuntas, que estão em fase de regularização perante a Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Estatísticas, dado que interfere na extração de dados funcionais e aqueles coletados para o DATAJUD. Desta forma, propõe que o procedimento inicie com Portaria GPCR, abertura de chamado para o Núcleo para criação e eventual extinção de órgãos, o Núcleo encaminhará para providências pela Coordenadoria de Estatística e Gestão de Pessoas, após, poderá cumprir o chamado com a criação/extinção de órgãos no sistema PJe. A proposta foi aceita.

Antes do encerramento, a Excelentíssima Desembargadora Andrea Guelfi Cunha pediu a palavra lembrando da impossibilidade de visualização da minuta do voto após a inclusão em pauta, que os servidores conseguem, mas os magistrados não. Também trouxe à tona a possibilidade dos servidores olharem o painel do magistrado na sessão. A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer elucidou que essas funções são pertinentes à estrutura do Plenário Eletrônico que estão aguardando. Informação corroborada pelo servidor Edson Lacir Donadon: “são melhorias que virão nesse sistema novo de julgamento”. O servidor Paulo Eduardo de Almeida enalteceu: “é uma ferramenta que vai ajudar muito”.

Ao final, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora do Comitê Gestor Regional do PJe agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17h50.

Ata preparada por	Carlos Eduardo Buzan Larica, representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	1/3/2024
Ata aprovada por	Luciane Storer, Desembargadora Coordenadora do Comitê Gestor Regional do PJe	Em	4/3/2024